

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

06
Julho
2017



CLIP PING

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras
luguéis

DESDE OUTUBRO

TJES ignora CNJ e mantém placa preta em carros

Ofício enviado pelo conselho aos tribunais orienta cumprimento de regras de trânsito

de LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Desde outubro do ano passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) avisou: veículos oficiais que transportam desembargadores não devem ter placas pretas, símbolos reservados apenas aos presidentes dos tribunais. A determinação é para cumprir o que prevê o Código Brasileiro de Trânsito e uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito. As normas listam as autoridades que podem utilizar as placas especiais. Entre elas, não estão desembargadores.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), no



FOTOS: EDSON CHAGAS

Veículos usados por desembargadores com placa preta foram flagrados pela reportagem no tribunal

entanto, tem ignorado a regra. A reportagem flagrou, ontem, vários dos chamados veículos de representação com as tais placas pretas.

De acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), esta é uma infração média, punível com multa, retenção do veículo e apreensão das placas irregulares.

Para a coordenadora de pesquisa da ONG Transparência Brasil, Juliana Sakai, no entanto, o uso das placas é um símbolo de status e também uma forma de evitar as penalidades por infrações de trânsito. A regra do CNJ – que fez um alerta por meio de ofício quanto às normas após ter sido consultado pelo Tribunal Re-

gional Federal da 3ª Região – desagradou a alguns desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo. De acordo com o jornal “Folha de S. Paulo”, a Corte até ensaiou recorrer da medida ao CNJ e ao Contran. O objetivo é manter as placas, que “abrem portas”.

Já o CNJ informa que não tem como alterar nor-

mas de trânsito.

Procurado pela reportagem, o TJES não se manifestou. O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turibio, diz não ser contrário à retirada das placas pretas. “Se não tem previsão no código de trânsito, tem que seguir a legislação. Es-

se uso da placa preta é mais uma questão de costume. Agora, o importante é que o carro tenha alguma identificação, um adesivo, por exemplo, para evitar o uso indevido.”

Juliana Sakai faz a mesma ponderação. “Tem que haver alguma identificação para que fique mais visível, ou exposto, no caso de uso indevido. É só usar o mesmo adesivo em todos os carros do órgão público, sem as placas pretas, que são uma forma de colocar as pessoas em castas”.

 lximenes@redgazeta.com.br

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



Privilégios superiores

O Tribunal de Justiça do Estado esclarece que só estão de férias, em julho, os tribunais superiores: STF, STJ, TST e TSE. Tinha que ser em Brasília...

Justiça do ES condena empresa de material de construção a pagar R\$ 40 mil a cliente

Mulher contratou uma empresa para construir telhado colonial em sua casa e, após dois anos, a obra não foi concluída.

A Justiça do Espírito Santo condenou uma loja de material de construção a indenizar em R\$ 40 mil uma mulher que contratou a empresa para construir telhado colonial em sua casa e, após dois anos, a obra não foi concluída. A sentença, publicada nesta quarta-feira (5), condenou a loja a pagar R\$ 30 mil em danos materiais e R\$ 10 mil em danos morais.

Segundo o processo, o atraso comprometeu a estrutura da casa devido à chuva, vento e sol, além de ter danificado todos os móveis que estavam na casa, tendo a consumidora que pagar aluguel mensal no valor de R\$ 500.

Conforme o contrato firmado entre as partes, a loja faria a construção do telhado colonial e alvenaria com início previsto no dia 23 de abril de 2012 e término em 10 de junho do mesmo ano, sendo a forma de pagamento uma entrada de R\$ 30 mil e, após o término, a quantia de R\$ 20 mil, totalizando R\$ 50 mil. De acordo com a Juíza Danielle Nunes Marinho, o Código de Defesa do Consumidor afirma que cabe ao prestador do serviço trazer provas ao processo. Entretanto, ao alegar que a mulher que contratou os serviços proibiu a entrada dos funcionários, a loja não apresentou provas nesse sentido.

Já a cliente apresentou o comprovante do pagamento de R\$ 30 mil, devendo ser restituída a título de danos materiais. Quanto aos demais prejuízos sofridos, a mulher não informou o valor do efetivo prejuízo.

Assim, coube à juíza determinar o valor a ser pago a título de danos morais. “Utilizando-se do princípio processual da proporcionalidade e sopesando os critérios a saber: a gravidade da situação, o constrangimento experimentado, a situação econômica das partes, as reais circunstâncias do caso, devendo atender à gravidade da lesão, a sua repercussão na esfera dos lesados e ao potencial econômico-social do lesante, razão pela qual fixo a indenização por dano moral à reclamada na quantia de R\$ 10 mil”, frisou a Juíza Danielle Nunes Marinho em sua decisão.

Família de Miss Pomerana assassinada reza o Pai Nosso ao ver acusado

Rayane Luiza Berger foi encontrada morta em um carro que estava submerso em um rio próximo ao distrito Alto Rio Posmosser, no dia 6 de junho de 2015

“Seja feita a Tua vontade assim na terra como no céu”. A oração do Pai Nosso foi entoada por familiares e amigos da pedagoga Rayane Luiza Berger no momento em que o médico Celso Luis Ramos Sampaio, de 61 anos, chegou ao Fórum de Santa Maria de Jetibá, na região Serrana do Estado. Celso é acusado de matar Rayane, que tinha 23 anos quando o crime ocorreu, em 2015. O julgamento começou nesta segunda-feira (3).

Em um vídeo gravado pelos manifestantes, familiares dão as mãos para rezar e um parente de Rayane questiona, indignado: “Por que ele (o Celso) não olha para nós agora?”. Emocionada, uma manifestante responde: “Não precisa, você já viu como ele está”. Veja vídeo:

<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/07/familia-de-miss-pomerana-assassinada-reza-o-pai-nosso-ao-ver-acusado-1014073859.html>

De acordo com a mãe de Rayane, Clarice Berger, foram ouvidas cinco testemunhas de defesa e 11 de acusação. No entanto, ainda faltam os depoimentos de duas testemunhas de acusação que foram marcados para serem ouvidos pela Justiça no dia 21 de agosto.

“O médico não estava na sala quando eu e minha filha demos nossos depoimentos. Ele ouviu apenas as testemunhas de defesa e uma de acusação”, explica Clarice, que junto de outros familiares se reuniram na frente do Fórum vestidos com uma camisa em homenagem a Rayane.

Celso compareceu ao Fórum algemado nesta segunda-feira (3) e o depoimento dele está marcado para o dia 14 de julho. (Com informações de Brunela Alves)

Rayane Luiza Berger, que havia vencido um concurso de beleza na região – e por isso também possuía o título de Miss Pomerana – foi encontrada morta em um carro que estava submerso em um rio próximo ao distrito Alto Rio Posmosser, no dia 6 de junho de 2015. Na ocasião, bombeiros voluntários da cidade chegaram a quebrar o vidro do veículo para socorrer Rayane, mas ela já estava morta.

Até o dia 28 de abril de 2016, a morte da jovem era tratada como acidente. No entanto, as investigações da Polícia Civil apontaram que, na verdade, Rayane foi assassinada pelo próprio namorado, o médico Celso Luis Ramos Sampaio. Ele foi indiciado por homicídio no final do ano passado, mas como o processo corria em segredo de justiça, essa informação era desconhecida.

De acordo com a polícia, o laudo do Instituto Médico Legal apontou sedativo no sangue de Rayane, medicamento de uso restrito, indicando que a vítima havia sido dopada. Antes de morrer, a pedagoga havia saído para lanchar com o médico, em Santa Maria de Jetibá. Além disso, laudos apontaram que o Chevrolet Ônix — veículo encontrado submerso — estava automático e em desaceleração, o que, segundo o documento, descarta a hipótese de acidente.

PRISÃO

No dia 28 de abril, o juiz da 2ª Vara Criminal de Santa Maria expediu o mandado de prisão contra o médico. A Polícia Civil, em cumprimento a ordem judicial, localizou Celso enquanto ele entrava no carro após sair do Hospital Fundação Concórdia, em Santa Maria de Jetibá, onde trabalhava como obstetra e deu a ordem de prisão. Ele não resistiu à abordagem e foi encaminhado para o Centro de Detenção Provisória de Viana.

MORADA DE LARANJEIRAS

Presos em ato contra centro para atender usuários de drogas

Moradores protestaram porque não querem que o atendimento seja feito no local

Dois homens foram presos durante uma confusão na abertura do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (Capsi), em Morada de Laranjeiras, na Serra, ontem. Os detidos são moradores que protestavam contra o local atender menores usuários de drogas que precisam de tratamento.

A confusão começou

porque moradores de Portal de Manguinhos e Morada de Laranjeiras tentavam impedir a entrada de funcionários no local.

Um vídeo gravado durante a confusão mostra policiais lançando spray de pimenta nos moradores para dispersar o protesto. Alguns manifestantes precisaram ser retirados à força.

Esse foi o segundo protesto realizado pelos moradores. Os manifestantes entraram com um pedido de liminar na Justiça para



REPRODUÇÃO

Manifestante foi contido por agente da guarda

impedir o serviço.

O presidente da Associação de Moradores de Portal de Manguinhos Sérgio Cetrangolo garante que os moradores não são contra o Capsi, mas não querem que usuários de drogas sejam atendidos no local. Para eles,

isso pode aumentar a violência no bairro.

A subsecretária de Saúde da Serra, Cristiane Stem, disse que não é possível separar os atendimentos já que a mesma equipe atua com os dois públicos. (Com informações de Daniela Carla)

Carlos Alberto Sardenberg

É jornalista

▄ Ricos e poderosos agora também vão em cana. Mas ainda conservam vantagens, como Rodrigo Rocha Loures

O carteiraço na fila da tornozeleira

Deus me livre desejar isto para o leitor, mas só por hipótese e para facilitar nosso argumento, imagine que o senhor está preso numa cidade goiana e ganhou o benefício de ir para casa com a tornozeleira eletrônica. Está nessa ansiedade quando vem a autoridade e informa: lamento, mas o senhor vai esperar um pouco mais; a sua tornozeleira foi para um preso de Brasília, o Rocha Loures.

"Quem?", o senhor se surpreende.

A autoridade: ora, o senhor conhece, viu na televisão, aquele assessor do Temer que foi flagrado com uma mala de dinheiro da JBS.

O senhor: Mas por que esse privilégio?

A autoridade: Ora... o senhor acha o quê?

Pois é, não está faltando apenas passaporte no Brasil. Também está faltando tornozeleira eletrônica. E não é só para o pessoal da Lava Jato. Aliás, sendo notórios, os presos da Lava Jato têm até mais facilidade, digamos assim, para obter o aparelho. É um tipo de carteiraço, não é mesmo?

A Lava Jato acabou com um privilégio dos ricos e poderosos. Agora, eles também vão em cana. Mas ainda conservam vantagens, como foi o caso Rodrigo Rocha Loures.

Preso nas dependências da Polícia Federal em Brasília, Loures ganhou o benefício de ir para casa. Mas a PF não

tinha nenhuma tornozeleira em estoque. Sem problema. Em tempo recorde, arrumaram uma em Goiânia, só que o aparelho tinha de ser instalado lá na capital goiana.

Sem problema de novo. A PF pegou uma viatura, com escolta, claro, e levou Loures a Goiânia. Tornozeleira fixada, o preso foi conduzido de volta a Brasília e, aí então, pôde ir para casa.

A PF está sem dinheiro. Tanto que suspendeu a emissão de passaportes e aguarda que o Congresso aprove uma verba extra de R\$ 100 milhões para retomar o serviço. Obviamente, também está sem tornozeleiras.

Na falta de dinheiro, esse órgão público deveria estar contando os centavos. E, entretanto, gastou um dinheiro extra para levar e trazer Loures de Goiânia.

Não poderia ter esperado um pouco mais?

Muitos esperam em Goiás. Segundo o Ministério Público do Estado, há cerca de quatro mil presos com direito a sair para a domiciliar, para um estoque de 955 tornozeleiras. Agora, 954. Logo, tem uma fila ali e, certamente, em muitos outros lugares.

Muita gente fura muita fila no Brasil. Mas essa da tornozeleira do Loures levou ao limite essa cultura de vantagens vocês sabem para quem.

O público? Ora, o público.

E por falar em culturas, a Polícia Rodoviária Federal seguiu o exemplo da

PF e também suspendeu serviços ao cidadão, como o monitoramento das estradas e orientação aos motoristas. Só atende emergências, se for o caso.

Como a PF, a PRF informa que acabou o dinheiro, em consequência da contenção de gastos do governo. Assim como a PF, o pessoal da PRF garante que alertou o governo antes de suspender os serviços.

Mas, como no caso da PF, os cidadãos foram surpreendidos. E para quem mesmo a PF e a PRF trabalham?

Não é para o governo, mas para o público que paga os impostos que sustentam todos aqueles órgãos.

De fato, há um aperto de contas no governo federal. As despesas continuam crescendo, especialmente a previdenciária e a de salários, enquanto a receita foi abatida pela longa recessão. Logo, não tem saída: é preciso eco-

nomizar, cortar despesas, fazer mais com menos.

Simplesmente suspender o serviço e jogar a responsabilidade - e o desgaste político - para o governo não deveria ser uma opção. Suspender o atendimento ao cidadão, quer deixando de emitir passaportes ou policiar estradas, isso não pode acontecer. Há muitas outras maneiras de economizar, não é mesmo?

De todo modo, nesse caso dos passaportes, há um outro exemplo de ineficiência do setor público. O cidadão paga pelo documento uma taxa de R\$ 257,25, isso sem contar o que gasta a mais para arrumar a papelada.

Mas, fiquemos só com aquela taxa. A PF emite de oito mil a nove mil passaportes por dia útil, o que dá, em valores de hoje, cerca de R\$ 550 milhões por ano. Dá para apostar que aquele caderninho, mesmo com códigos de barras, leitura eletrônica e tudo o mais, custa bem menos que os R\$ 257,25, incluindo o serviço da PF.

Logo, o cidadão paga a mais pelo passaporte, além dos impostos. E fica sem o documento.

Não é simples assim, alegam as autoridades. A taxa do passaporte não é para financiar passaportes, é para outras despesas. Certamente, não foi para comprar tornozeleiras.

Aliás, diante da falta de dinheiro público para comprar as tornozeleiras, surgiu a seguinte questão: por que não cobrar dos presos que têm condições de pagar?

Agora se vê que não adiantaria nada. A taxa tornozeleira seria utilizada para outra coisa, não para passaportes, certamente, talvez para uma verba de gabinete.



REGRAS DE PAGAMENTO

Senado aprova projeto que devolve precatórios não sacados ao governo

Valores depositados há mais de dois anos devem reforçar em R\$ 8 bi os cofres federais

BRASÍLIA

➤ O plenário do Senado Federal aprovou ontem, por 44 votos favoráveis a 23 contrários, o texto-base do projeto que modifica as regras de pagamento de precatórios (valores que a União é obrigada a pagar a pessoas físicas e empresas em ações judiciais transitadas em julgado). Após a análise dos destaques, o projeto será encaminhado à sanção.

A proposta prevê o cancelamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) depositados há mais de dois anos e que não tenham sido sacados pelos beneficiários. Essa é uma das estratégias do governo para engordar a arrecadação deste ano e garantir o cumprimento da meta fiscal de 2017, de um déficit de R\$ 139 bilhões.

Quando o projeto foi enviado ao Congresso a previsão da equipe econômica era de que os cancelamentos rendessem R\$ 8,6 bilhões aos cofres públicos.



Com relatório favorável do senador Romero Jucá, projeto vai a sanção presidencial

Eles estariam inscritos em 493.301 contas vinculadas a precatórios e RPVs.

Os valores "abandonados" pelos trabalhadores nas contas vinculadas são muito baixos. Na verdade, segundo o Conselho da Justiça Federal, a maior parte desses R\$ 8,6 bilhões não foram retirados dos bancos porque há pendências nas ações.

O projeto enfrentou a

resistência de senadores da oposição e da própria base. O senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), afirmou que há problemas de constitucionalidade na iniciativa.

"Há uma série de questionamentos não apenas no mérito, mas na duvidosa constitucionalidade dessa iniciativa. Esse projeto não faz nada para resolver a ineficiência que decorre do

fato de que, muitas vezes, o credor sequer sabe que esses recursos estão disponíveis para serem retirados (...). O que se propõe, em lugar de resolver essa ineficiência, é cancelar o direito transitado em julgado de se receberem valores líquidos e certos", disse.

"O dinheiro tem proprietários. Isso não é nada mais do que uma operação de crédito. Só que operação de

crédito não pode ser feita pelo governo. É uma pedrada, é ilegal", completou a senadora Vanessa Grazziotin (PcdoB/AM).

HONORÁRIOS

O relator da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, informou que o presidente Temer se comprometeu a vetar um trecho que impõe o limite de 2% a honorários advocatícios em precatórios cujos credores da União sejam entes públicos da administração direta, indireta e fundacional.

Na Câmara, os deputados incluíram a obrigatoriedade de pelo menos 20% do montante devolvido aos cofres públicos serão aplicados pela União na manutenção e desenvolvimento do ensino; e pelo menos 5% do montante serão aplicados no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

O projeto que vai à sanção também vale para as requisições de pequeno valor (RPV), que, assim como os precatórios, são oriundas de ações contra o poder público.

Ministro repercute aprovação

➤ Após a aprovação do projeto, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou no Twitter que a decisão do Congresso é "acertada" e contribui para o ajuste das contas públicas.

"A aprovação dos precatórios permite em um primeiro momento o atendimento de despesas urgentes e prioritárias para a manutenção de serviços públicos essenciais", disse ele, lembrando que até 22 de julho o o governo vai divulgar o relatório de receitas e despesas do terceiro bimestre com novas alterações orçamentárias.

Para este ano, o governo busca a meta de um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida) de até R\$ 139 bilhões. Foi feito, inicialmente, um bloqueio de R\$ 42,1 bilhões em gastos para tentar atingir esse objetivo.

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Lei vai permitir confiscar dinheiro de 23 mil no Estado

Senado aprovou projeto que determina devolução aos cofres públicos dos precatórios depositados há mais de dois anos e não sacados

BRASÍLIA

Por 44 votos a 23, o Senado aprovou ontem um projeto de lei que determina que os precatórios depositados há mais de dois anos e não sacados pelos beneficiários sejam restituídos aos cofres públicos. Como os senadores não fizeram mudanças no texto aprovado pela Câmara, no mês passado, a proposta seguirá para sanção presidencial.

Com o projeto, o governo estima uma receita extra de R\$ 8,6 bilhões. São valores que, somente no Espírito Santo, chegam a R\$ 390 milhões, e referem-se a 23.200 aposentados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O texto foi encaminhado em maio pelo presidente Michel Temer em regime de urgência ao Congresso com o intuito de tentar reforçar o caixa da União e ajudar no cumprimento da meta fiscal.

De autoria do Poder Executivo, o projeto determina que o cancelamento de precatório ou Requisições de Pequeno Valor (RPV) será realizado mensalmente pela instituição financeira oficial que possuir o depósito, cujo montante será transferido para a conta única do Tesouro Nacional.

O projeto também determina que pelo menos 20% do total do montante cancelado deverá ser aplicado pela União "na manutenção e desenvolvimento do ensino" e 5%, pelo menos, no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

O líder do governo, Romero Jucá



JUCÁ disse que o governo vai vetar trecho que impõe limite de 2% para honorários advocatícios em precatórios

(PMDB-RR), disse no plenário que o presidente Michel Temer se comprometeu a vetar um trecho que impõe o limite de 2% a honorários advocatícios em precatórios cujos credores da União sejam entes públicos da administração direta, indireta e fundacional.

"Não há nenhum sentido em se limitar a requisição de verba de advogado por conta de uma decisão judicial", afirmou Jucá.

Parlamentares que votaram contra a medida, no entanto, disseram que o texto é inconstitucional.

"O que querem fazer é apropriação indébita. Uma pessoa ou uma empresa foi para a Justiça, obteve uma vitória numa decisão judicial e tem o direito de receber esse precatório. Se não for levantado em dois anos, diz o projeto, o governo coloca na sua conta única", disse o líder do PT, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Valores podem ser devolvidos caso haja novo requerimento

Após o recolhimento do precatório ou das Requisições de Pequeno Valor (RPV) pelo governo federal, o credor deverá ser comunicado e poderá requerer novo "ofício requisitório" para reaver seus valores não reivindicados antes.

O advogado previdenciário José Roberto Lopes acredita que a medida é positiva, pois o valor, assim que reclamado, deve ser devolvido imediatamente ao beneficiário sem a necessidade de um novo processo na Justiça.

"Se o beneficiário não tiver conhecimento do valor que está em sua conta, ou por qualquer outro motivo, ele pode reivindicar este valor. Por isso, não vejo problema na lei", ressalta Lopes.

Já o advogado previdenciário Christovam Ramos diz que é mais uma forma de o governo confiscar o dinheiro da população. "Como vão poder restituir o valor sem que o beneficiário tenha conhecimento? O correto é que os precatórios sejam divulgados", destacou.

ENTENDA O CASO

Novas regras de precatórios

- ▶ **PRECATORIOS** são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.
- ▶ **DE ACORDO** com a nova lei, os precatórios depositados há mais de dois anos e não sacados pelos beneficiários serão restituídos aos cofres públicos.
- ▶ **PELO MENOS 20%** do montante devolvido aos cofres públicos serão aplicados pela União na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- ▶ **PELO MENOS 5%** do montante serão aplicados no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).
- ▶ **APÓS** o cancelamento do precatório, o credor poderá requerer novo "ofício requisitório" para reaver valores.

Fonte: Senado Federal.

OPINIÕES



“Acho positivo, já que o beneficiário pode reclamar o valor e este ser devolvido imediatamente”

José Roberto Lopes, advogado previdenciário



“O ideal é que haja uma publicidade dos precatórios para os beneficiários tomarem conhecimento”

Christovam Ramos, advogado previdenciário

PESQUISA SERASA

Recuperação judicial cai mais de 25% no primeiro semestre

Maior número de pedidos partiu de pequenas empresas, seguidas das médias

« O número de pedidos de recuperação judicial caiu 25,8% no acumulado de janeiro a junho ante o mesmo período em 2016, para 685 ocorrências, segundo dados do Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. De janeiro a junho de 2016, foram 923 pedidos contra 492 em 2015.

No primeiro semestre de 2017, as micro e pequenas empresas tiveram 403 pedidos, seguidas pelas médias (179) e pelas grandes empresas (103), segundo a Serasa.

Segundo economistas da Serasa, a redução da inflação

e dos juros, a estabilização do dólar e a retomada, ainda que lenta, contribuíram para a redução no número de pedidos no período.

Somente no mês de junho, foram feitos 111 pedidos de recuperações judiciais, queda de 36,9% em relação a maio. Já em relação a junho de 2016, os pedidos caíram 33,9% (111 em julho/2017 contra 168 em junho/2016).

FALÊNCIAS

No 1º semestre, os pedidos de falência foram 4,6% menores, com 829 casos, em relação aos 869 requerimentos no mesmo período em 2016. Na comparação com janeiro a junho de 2015, o número de pedidos de falência subiu 3,88%.

PEDÓFILO INTERNACIONAL PRESO NO ESPÍRITO SANTO

Homem é suspeito de espalhar imagens para todo o mundo

REPRODUÇÃO

Delegado critica aplicativos

◀ O delegado regional executivo da superintendência da Polícia Federal no Espírito Santo, Luciano Flores, destacou a importância da troca de informações entre a Espanha e o Brasil como pontapé inicial da operação.

“Essa é mais uma das investigações em que a Polícia Federal usa de informações oriundas da Interpol. No caso, a operação na Espanha, para conseguir ter o êxito de prender seis pessoas cometendo o crime de pedofilia”, comentou.

Os investigadores monitoraram páginas da internet e também mensagens trocadas em aplicativos de smartphones. O delegado criticou os aplicativos de mensagens que se negam a revelar os autores de mensagens criminosas na Internet, alegando a dificuldade da Polícia em investigar esse tipo de crime.

“Está na hora das autoridades governamentais darem uma atenção especial para os aplicativos de mensagens que criptografam as mensagens e se negam a apresentar, inclusive ao Poder Judiciário, a identidade dessas pessoas”



Computadores e celulares que continham cenas de sexo envolvendo crianças foram apreendidos e suspeitos, levados para sede da PF



de CAIQUE VERLI
cvsousa@redgazeta.com.br

A Polícia Federal realizou no Espírito Santo, na manhã de ontem, a operação Save, de combate ao compartilhamento de fotos e vídeos de exploração sexual de crianças. Seis homens foram presos em flagrante por posse dessas imagens. Eles também são suspeitos de espalhar esses arquivos pela internet.

Um dos presos era membro de um grupo internacional de WhatsApp desarticulado pela Interpol da Espanha em 2016.

O grupo espalhava arquivos de sexo explícito com crianças e adolescentes e tinha investigados da América do Sul, América Central e na Europa. Um dos alvos é capixaba.

A Polícia cumpriu também nove mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal. Segundo o delegado da PF, Leonardo Rabello, a investigação teve início a partir das informações da Interpol sobre a ação desse grupo internacional. Os outros presos não têm ligação com o grupo, mas foram descobertos pelo monitoramento da Polícia.

“Em 2016, nós tivemos essa operação internacional onde foi encontrado esse grupo internacional que fazia o compartilhamento em países da Europa, da América Central e da América do Sul. O alvo brasileiro estava aqui no Espírito Santo. Tão logo recebemos essa informação da Interpol, fizemos uma investigação muito

PRISÃO



“Conseguimos prender quem mais compartilhava essas imagens no Espírito Santo”

LEONARDO RABELLO
DELEGADO

célere, que terminou com a prisão do investigado”, contou o delegado.

As investigações que levaram a detenção do membro do grupo internacional e dos outros cinco suspeitos começaram em março. Os locais das prisões foram em Cariacica, Serra, Vitória e Guarapari, na região da Grande Vitória.

PERFIL

A PF não divulgou o nome, a idade exata ou profissão dos suspeitos, mas informou que tratam de homens de classe média e classe baixa, com idade entre 30 e 40 anos.

Além do porte, os investigados vão responder pelo crime de compartilhamento de arquivos contendo explora-

ção sexual de crianças e adolescentes.

Para Rabello, não há dúvida de que eles são também responsáveis por espalhar essas imagens na internet.

“As nossas provas são muito consistentes. A importância do trabalho foi identificar a autoria desses crimes, desses compartilhamentos. Conseguimos prender quem mais compartilhava essas imagens no Espírito Santo”, afirmou o delegado.

PENA

Pelos dois crimes, caso sejam condenados, os presos podem pegar uma pena entre 4 a 10 anos de prisão. Na tarde de ontem, os acusados pagaram fiança e vão responder pelos crimes em liberdade.



DELEGADOS da Polícia Federal e da Interpol explicaram, em entrevista coletiva, como chegaram aos criminosos e efetuaram as prisões



ABUSO CONTRA MENORES

Polícia prende 6 no Estado acusados de pedofilia

Polícia Federal teve ajuda da Interpol para prender criminosos na Grande Vitória. Grupo guardava e distribuía material pornográfico

Eliane Proscholdt
Leone Oliveira
Simony Giuberti

Apresentando um resultado inédito no Estado, uma operação da Polícia Federal de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, terminou ontem, com a prisão de seis suspei-

tos de guardar e compartilhar fotos e vídeos de pornografia infantil. Um dos criminosos faz parte de um grupo internacional de compartilhamento de arquivos de pedofilia. A operação, intitulada Save, cumpriu nove mandados de busca e apreensão em Cariacica, Serra, Vitória e Guarapari. Seis homens eram investigados e acabaram presos em flagrante. "Foi um resultado inédito no Estado. Não se tinha mandados de prisão. Mas encontramos provas suficientes para prender os seis em flagrante", afirmou o titular da Delegacia de Defesa Institucional, delegado Leonardo Rabello Feyo. Nas casas dos acusados, a polícia apreendeu computadores e HDs

que serão periciados. Uma das investigações teve a ajuda da Interpol. "A Espanha fez uma operação ano passado de combate dos mesmos crimes. E foi identificado que um brasileiro fazia parte de um grupo de WhatsApp transnacional de material pornográfico." O delegado destacou que no grupo também havia usuários de outros países da Europa, da América Central e também da América do Sul. "Identificaram o brasileiro através da linha de telefone. Descobriu-se que ele era capixaba", destacou o delegado. **PERFIL** Homens entre 30 a 40 anos, de classe média e baixa e alguns com

curso superior. Esse é o perfil dos seis criminosos presos, que começaram a ser investigados em março. A identidade e a idade dos suspeitos não foram reveladas. Já o delegado representante da Interpol no Estado, Luciano Flores de Lima, frisou que a criptografia — que torna ilegíveis mensagens de alguns aplicativos, como o WhatsApp — dificulta o trabalho para identificar pedófilos. "Chegou o momento das autoridades decidirem se querem continuar deixando que redes sociais criptografadas existam. Isso acoberta a identidade deles", declarou Luciano. Todos os suspeitos foram encaminhados para o Centro de Triagem de Viana (CTV).

Produção de material será investigada

Apesar de seis homens terem sido presos na Grande Vitória, suspeitos de guardar e compartilhar fotos e vídeos contendo pornografia infantil, uma investigação para saber se há produção de material semelhante no Estado vai ser realizada pela Polícia Federal, segundo o delegado Leonardo Rabello Feyo. "Num primeiro momento não existem indicativos de que esses suspeitos produzam algum tipo de material. Mas essa é uma questão que também será investigada, se eles eventualmente produziram algum tipo de material." A operação teve a participação de 54 policiais federais e a cooperação da Interpol no caso do capixaba que participava de um grupo de What-

sApp internacional de compartilhamento de arquivos. **COMPARTILHAMENTO** Os seis suspeitos compartilha-

ram fotos e vídeos contendo pornografia infantil na internet 1.430 vezes, de acordo com dados repassados pelo delegado Leonardo Rabello Feyo. "Esse número é uma

soma dos compartilhamentos de todos os suspeitos. Essas seis pessoas são as que tinham um maior número de compartilhamento, desde que começamos a investigação", frisou. Segundo o delegado, os arquivos envolviam a imagem de crianças, adolescentes e até de bebês. "São arquivos que circulam em todo o mundo, não só no Brasil. Essas pessoas podem se tornar abusadoras com o tempo, e ao mesmo tempo, elas fazem com que esse mercado continue funcionando como está, em todo o mundo", destacou. Rabello frisou a importância da operação. "Com essa prisão deixamos claro que não existe anonimato na internet, no WhatsApp".



MATERIAL APREENDIDO durante a operação Save da Polícia Federal: notebooks, câmeras, pen drives e celulares

Pais devem vigiar filhos

Polícia dá orientações sobre uso da internet

O TITULAR da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, deu dicas aos pais para monitorar o que os filhos têm acessado na internet e evitar que eles se tornem vítimas de pedófilos.

1 FILTROS: A instalação de filtros nos aparelhos eletrônicos é uma alternativa, segundo o delegado, para bloquear o acesso das crianças e adolescentes a conteúdos pornográficos.

2 APLICATIVOS: Outra solução apontada por Pazolini é a instalação de aplicativos de acompanhamento virtual, que permite aos pais saberem naquele momento qual site a criança está acessando.

3 SUPERVISÃO: Os pais não devem deixar as crianças ficarem com equipamentos eletrônicos com acesso à internet em ambientes fechados. O ideal é que os filhos possam ser supervisionados pelos pais.

4 EXPOSIÇÃO: Outra orientação é de que os pais evitem expor demais os filhos nas redes sociais. "Temos uma regra de ouro: Não poste em redes sociais nenhum tipo de imagem que não possa ser exibida em um outdoor", lembrou Pazolini.

5 DIÁLOGO: Por fim, os pais devem educar os filhos quanto ao uso das redes sociais. "Uma criança que conhece os riscos e saiba se defender no ambiente virtual, tem chance de abuso muito menor".

ABUSO CONTRA MENORES

Modelo vítima de empresário

Segurando um objeto de decoração que simboliza a Torre Eiffel, que se tornou um ícone mundial de Paris, na França, uma modelo de 14 anos falou sobre seus sonhos – incluindo carreira internacional – e traumas. Ela denuncia que foi abusada por um empresário, dono de uma agência de modelos, quando tinha 13 anos.

A jovem é uma das cinco adolescentes que afirmam ter sido vítimas de pedofilia e estupro cometido pelo empresário, que tem 29 anos.

O caso foi divulgado ontem com exclusividade por **A Tribuna**. Ao ler a reportagem, ela decidiu dar o seu relato, na condição de não ser identificada.

As investigações foram feitas pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e o delegado Lorenzo Pazolini chegou a pedir a prisão do acusado, mas a Justiça negou.

O empresário, cujo nome também não está sendo divulgado para resguardar as vítimas, foi indiciado por estupro de vulnerável e por produzir e armazenar conteúdo de sexo explícito ou pornográfico envolvendo menores de idade.

A mãe dessa modelo acompanhou a entrevista ontem e pediu Justiça. “Quero que ele seja preso e pague pelo que fez.”

A TRIBUNA - Qual era o seu sonho?

MODELO - Seguir carreira de modelo. Tenho esse sonho desde os 8 anos. Pegava as roupas da minha mãe, os sapatos de sal-

A MODELO de 14 anos segura réplica da Torre Eiffel, símbolo de Paris, cidade na qual ela sonha desfilar: “Quero brilhar nas passarelas”



“Estávamos sozinhos e ele pediu para eu tirar a parte de cima da lingerie, falando que era para eu perder a timidez”

Modelo de 14 anos

to, fazia pose em frente ao espelho. Então, minha mãe me ajudou a realizar esse sonho.

> Como chegaram até essa agência?

Pela rede social. Minha mãe entrou em contato e eles me chamaram lá para fazer o casting (teste).

> Quando o dono da agência te viu, o que ele disse?

Falou um monte de coisas. Disse que eu tinha altura, que era muito bonita.

> Quando fez o book?

A inscrição na agência foi no dia 7 de setembro do ano passado e no 28 de outubro fui lá para fazer o meu material, o ensaio fotográfico.

> Como foi esse ensaio?

Eu estava sozinha e foi tudo normal, as fotos foram profissionais.

> E quando percebeu que algo estava estranho?

Foi nas conversas do WhatsApp. Ele me pedia para mandar fotos sensuais, de biquíni.

> Quanto tempo depois do primeiro ensaio?

Mais ou menos duas semanas depois do ensaio ele ligou para a minha mãe pedindo para eu fazer um teste de luz. Pediu para eu levar uma lingerie para ele fazer umas fotos também. Eu e ele estávamos sozinhos e ele pediu para eu tirar a parte de cima da lingerie, falando que era para eu perder a timidez, me acostumar.

> E depois?

Ele pediu para eu tirar a parte de baixo. Achando que fosse super normal, eu tirei. Mas depois a ex-funcionária dele me contou que ele estava mexendo com book rosa, que ele estava mexendo com meninas menores de idade.

> Explique para quem não sabe o que é book rosa?

São fotos íntimas que eles vendem para vários lugares, lojas...

> Qual foi a justificativa para você tirar a roupa?

Ele me pediu tirar a roupa para tirar a timidez. Ele prometia me transformar em uma modelo internacional, brilhar nas passarelas. Ele disse que a gente iria viajar para fora juntos, dividir o mesmo quarto. Se não fizesse, iria ficar na geladeira, ser deixada de lado.

> Ficou muito assustada com tudo isso?

Demais. Só que me calei por medo da reação dessa ex-funcionária

da agência e da minha mãe. Elas só descobriram que eu estava junto quando eu fui dar o meu depoimento na DPCA.

> Ele te tocou?

Teve uma hora que quando a gente estava sentado na cadeira, ele disse que estava excitado e mandou eu passar a mão nas partes íntimas dele. Ele pegou a minha mão e levou até lá só que eu tirei e falei que iria embora. Ele disse que me levaria para casa, o que fez. Tive muito medo.

> Ele te deu algum dinheiro?

Não. A minha mãe pagou R\$ 1,5 mil pelo book.

> Depois de tudo isso, quer seguir carreira de modelo?

Vou continuar nessa profissão, porque agora estou mais ligada e sei o que pode acontecer. Vou ingressar nessa carreira. Quero brilhar nas passarelas, inclusive do exterior, como Paris, Milão (Itália).

ENTENDA O CASO

Diálogos no WhatsApp

Denúncia

> A DENÚNCIA contra o empresário, que é dono de uma agência de modelos, foi feita em 2014 e, desde então, o caso foi apurado pela DPCA.

> O RELATO, de adolescentes entre 14 e 17 anos, é de que o empresário fazia os testes acompanhado das famílias, mas após contrato que incluía taxas de book de fotos, as jovens eram submetidas a sessões de fotos pornográficas sob vários argumentos, entre os quais que era para ajudar a vencer a timidez, para tirar as medidas e as roupas atrapalhavam.

Indiciamento

> O EMPRESÁRIO foi indiciado neste ano e responde pelos crimes de estupro de vulnerável e por produzir e armazenar conteúdo de sexo explícito

ou pornográfico envolvendo menores de idade. Se condenado, poderá pegar uma pena superior a 25 anos.

> O DELEGADO Lorenzo Pazolini chegou a pedir sua prisão. Primeiramente temporária, em abril, e, no mês passado, preventiva. Entretanto, ambas foram negadas pela Justiça.

> NO CASO DA JOVEM que conversou com a reportagem, o delegado disse que o empresário teria cometido ato libidinoso configurador de estupro.

Diálogos WhatsApp

> EM DIÁLOGOS passados por ex-funcionária do empresário há trechos de supostas conversas entre o acusado e as modelos. Abaixo, segue um deles da forma como foi digitado.

ACUSADO - O que você tem?

MODELO - Estou muito gripada, muita dor no corpo.

ACUSADO - Falta de sexo, dinheiro e farra. Quando tem tudo isso, ninguém se sente mal hahahahaha...

ACUSADO - Manda uma selfie de você dodoi

MODELO - Não existe selfie nesse celular kkkk. Tá tudo escuro, até as vistas doem. Tá tenso.

ACUSADO - Sei. Bom, quanto mais me enrola, mais fica na geladeira.



EX-FUNCIONÁRIA da agência de modelos disse que ouviu relatos de cerca de 20 jovens, mas que nem todas fizeram denúncias à polícia

Ex-funcionária diz ter prova

Depois de ser acusada pelo empresário de ter feito uma armação para incriminá-lo, uma ex-funcionária que trabalhava na agência de modelos dele conversou com a reportagem ontem e negou o fato.

A ex-funcionária, que também não está sendo identificada para preservar as vítimas, garante ter provas de que o empresário abusou das meninas.

Ela, inclusive, mostrou à reportagem conversas no WhatsApp e disse que eram entre o ex-patrão e modelos, além de fotos das jovens nuas em books.

A ex-funcionária contou que trabalhou na agência de modelos por cerca de um ano, mas se desligou depois de descobrir que as modelos estavam sendo abusadas.

A descoberta, segundo ela, foi depois que a polícia esteve na em-

presa para cumprir mandados de busca e apreensão. Ela, então, entrou em contato com as vítimas, que foram revelando o que passaram achando que, em troca, iriam brilhar nas passarelas.

A ex-funcionária disse que ouviu relatos de cerca de 20 jovens, mas que nem todas fizeram denúncias à polícia.

O OUTRO LADO

Empresário se cala

A reportagem ligou para o acusado na noite de ontem, mas ele disse que não iria se pronunciar no momento. Na última terça-feira, ele afirmou, por telefone, que estava sendo vítima de uma armação de uma ex-funcionária.

Nudez não faz parte de testes em agências, diz sindicato

Diante das acusações contra um dono de uma agência de modelos, a presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado, Verônica Gomes, afirmou que o mercado de modelos e manequins é muito sério. Ela ainda foi categórica em dizer que nudez não faz parte de testes para seguir carreira.

Verônica explicou que a profissão de modelo é regulamentada por lei. “É uma profissão séria e nesse ramo não pode ter picareta. Para se contratar um artista profissional, a empresa tem de ter registro de contratante no Ministério do Trabalho e a modelo tem de ter seu registro profissional. Infelizmente, há pais que desconhecem isso e acabam colocando os filhos na mão de qualquer um.”

A presidente destacou ainda que há meninos e meninas bonitos, de todas as etnias, trilhando carreiras promissoras, trabalhando no mercado nacional e internacional. Sobre a nudez, ela frisou que não faz parte dos testes. “Isso não existe!”



TELA DO WHATSAPP: registros